



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**ANA KAROLINY BARROS PAULINO**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DO PROGRAMA  
EDUCARE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM:  
REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DISTORÇÃO  
IDADE-SÉRIE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**SUMÉ - PB  
2024**

**ANA KAROLINY BARROS PAULINO**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DO PROGRAMA  
EDUCARE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM:  
REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DISTORÇÃO  
IDADE-SÉRIE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura Interdisciplinar em Educação  
do Campo do Centro de Desenvolvimento  
Sustentável do Semiárido da Universidade  
Federal de Campina Grande, como requisito  
parcial para obtenção do título de Licenciada  
em Educação do Campo na área de Ciências  
Humanas e Sociais.**

**Orientadora: Professora Dra. Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela.**

**SUMÉ - PB  
2024**



P328d Paulino, Ana Karoliny Barros.

Os desafios enfrentados pelos professores do Programa EDUCARE no processo de ensino-aprendizagem: reflexões sobre a inclusão de estudantes com distorção idade-série na educação básica. / Ana Karoliny Barros Paulino. - 2024.

48 f.

Orientadora: Professora Dra. Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo.

1. Programa EDUCARE - Sumé - PB. 2. Processo de ensino aprendizagem. 3. Distorção idade série. 4. Educação especial. 5. Educação inclusiva. 6. Docentes - desafios. 7. Escola Presidente Vargas - Sumé - PB I. Estrela, Karla Alexandra Dantas Freitas. II Título.

CDU: 37(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**ANA KAROLINY BARROS PAULINO**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DO PROGRAMA  
EDUCARE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM:  
REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DISTORÇÃO  
IDADE-SÉRIE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura Interdisciplinar em Educação  
do Campo do Centro de Desenvolvimento  
Sustentável do Semiárido da Universidade  
Federal de Campina Grande, como requisito  
parcial para obtenção do título de Licenciada  
em Educação do Campo na área de Ciências  
Humanas e Sociais.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professora Dra. Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela.  
Orientadora – UAEDUC/CDSA/UFCG**

---

**Professor Me. Rafael Barros de Souza.  
Examinador Interno - UAEDUC/CDSA/UFCG**

---

**Professor Me. Alisson Clauber Mendes de Alencar.  
Examinador externo**

**Trabalho aprovado em: 17 de maio de 2024.**

**SUMÉ - PB**

*Dedico este trabalho primeiramente à minha filha Ana Liz, por tudo que ela significa em minha vida, como também a minha mãe Josefa Claudia (Lala), e a minha avó Maria Selma, por tudo que fazem por mim e por serem minha rede de apoio sempre que preciso, sem dúvida vocês são o alicerce da minha vida.*

*A todas as pessoas, com quem pude e posso caminhar durante todo o meu processo formativo. Gratidão por tudo meu Deus.*

## AGRADECIMENTOS

Acredito que tudo que acontece em nossa vida é um propósito de Deus, então quero inicialmente agradecer a ele , por tudo que fez em minha vida até aqui, mesmo que por muitos momentos tenho a imaturidade de reclamar sem entender o propósito final , e diante disso sempre me surpreendo com tudo que ele faz por mim e por quem amo, então chegar até aqui foi uma dádiva que ele me concedeu, mesmo sabendo que não foi fácil , que tive que passar por inúmeros obstáculos, mais ele me deu força e perseverança para superar cada obstáculo que surgiu no caminho.

A minha filha Ana Liz , que posso ter a certeza que, não só a finalização desta graduação, mas tudo que sou e que irei me tornar é por ela, meu alicerce , minha força, meu tudo; Liz chegou em minha vida para reafirma tudo que estava em aberto , como também para me mostrar a força e persistência que posso ter, esteve presente em todas as angústia e medo que me cercaram por muito tempo, inclusive o anseio de não conseguir concluir essa monografia e desistir do curso, só nos sabemos como foi as noites de perturbações e os dias de estresse por não conseguir produzir nada, pois então aqui estou eu, à 1:00 da madrugada finalizando meu TCC, depois de conseguir colocar Liz para dormir.

Também quero agradecer a minha mãe Josefa Cláudia Barros Pereira e a minha Avó Maria Selma Barros Pereira, por todo apoio e conselhos que me deram nesse percurso, sem dúvida sem vocês não teria chegado até aqui; por todas as vezes que se disponibilizaram a ficar com a minha filha pra que eu conseguisse participar das aulas , ou até mesmo escrever um pouquinho do meu TCC, sem contar as vezes que moveram tudo que podiam para que eu conseguisse participar dos eventos e apresentar os trabalhos, minha eterna gratidão e esse e só o começo de tudo que irei fazer para recompensar tudo que fazem por mim e por minha filha.

Assim, também quero transmitir meu apreço a cada um dos professores que tive o privilégio de conhecer durante o meu percurso formativo, todos os conhecimentos, ensinamos, e puxões de orelhas foram essências e fundamentais para que conseguisse estar aqui hoje, garanto levar para uma vida toda um pouquinho de cada.

Karla Estrela, te agradeço imensamente por toda compreensão, carinho e apoio que me deu desde o início, por ter aceitado em tão pouco tempo embarcar nessa pesquisa comigo mesmo sabendo de todas minhas adversidades, não desistiu, sempre me transpareceu força, garra e determinação de uma grande mãe, amiga e professora em quem, com toda certeza desse mundo, irei me espelhar e levar comigo para sempre, muito disso tudo é graças a você , muito obrigado!

Também gostaria de agradecer ao mestre Alisson Clauber, que é conhecido por todos pelo esse coração gigante, que não mede esforços para ajudar ninguém, não só a mim, mas a muitos colegas sua ajuda e seus conselhos foram essenciais para concluir e conduzir nossa jornada, obrigada por não ter me deixado desistir e sempre me apoiar de dar forças, nunca esquecerei de você.

Como também aos meus amigos que com toda certeza fizeram parte desse processo grandioso, meus compadres Juciquele, Ismara e Cícero, e meus amigos Ana Paula, Carla, Edilene, Fernanda e os demais da turma, tudo que compartilhamos durante esses anos foram muito importantes para mim, sem dúvidas nossa amizade e companheirismo nesse processo juntos tornou-se tudo mais brilhantador e fácil, pois saber que tinha a quem pedir ajudar nos momentos acadêmicos e pessoais, foi sem dúvida fundamental.

Para finalizar, minha eterna gratidão a mim mesma por ter conseguido chegar até aqui, todas as noites de choro, angústia, estresse foram importantes nesse processo para entender que tudo tem seu tempo e seu valor, então meu muito obrigado a todos(as) que de maneira direta ou indiretamente participaram de alguma forma para que esse trabalho fosse concluído.

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.

**Paulo Freire**

## RESUMO

Esta pesquisa de conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais, exprime como objeto de estudo realizar uma análise e constatar quais são os desafios atuais que os professores atuantes no programa *EDUCARE* enfrentam no processo de ensino e aprendizagem de alunos típicos e atípicos. Ao longo do trabalho refletimos sobre a inclusão dos estudantes que necessitam corrigir a distorção idade-série na educação básica, a partir de leituras que se debruçaram sobre fracasso escolar, educação especial na perspectiva inclusiva e políticas públicas. Trazemos como objetivos da pesquisa a) Investigar como acontece a inclusão de alunos em distorção idade-série; b) analisar as práticas pedagógicas voltadas para o programa *EDUCARE*; c) Constatar as dificuldades enfrentadas pelos docentes que lecionam imersos nessa proposta pedagógica. No que concerne ao método investigativo. Nosso estudo está significativamente entrelaçado a abordagem qualitativa, para a qual coletamos dados através da aplicação de um questionário semiestruturado com docentes atuantes na Escola Presidente Vargas, nas turmas do programa supracitado. A análise das respostas foi realizada de maneira crítica descritiva. Destacamos que este trabalho pretende contribuir para a melhoria da qualidade do ensino do *EDUCARE*, como também para os sujeitos - agentes - que participaram do mesmo, fazendo assim uma educação inclusiva de qualidade e para todos.

**Palavras-chave:** Distorção idade-série; Educação especial e inclusiva; Processo ensino-aprendizagem; *EDUCARE*.

PAULINO, Ana Karoliny Barros. **The challenges faced by EDUCARE Program teachers in the teaching-learning process: reflections on the inclusion of students with grade-age distortion in basic education.** 2024. 48f. Monografia (Curso Interdisciplinar de Licenciatura em Educação do Campo) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2024.

## ABSTRACT

This conclusion research for the Degree in Rural Education course, in the area of Human and Social Sciences, expresses the object of study to carry out an analysis and determine what are the current challenges that teachers working in the *EDUCARE* program face in the teaching and learning process of typical and atypical students. Throughout the work we reflected on the inclusion of students who need to correct the age-grade distortion in basic education, based on readings that focused on school failure, special education from an inclusive perspective and public policies. Our research objectives are: a) Investigating how the inclusion of students with age-grade distortion occurs; b) analyze the pedagogical practices aimed at the *EDUCARE* program; c) Identify the difficulties faced by teachers who teach immersed in this pedagogical proposal. Regarding the investigative method. Our study is significantly intertwined with the qualitative approach, for which we collected data through the application of a semi-structured questionnaire with teachers working at Escola Presidente Vargas, in the classes of the aforementioned program. The analysis of the responses was carried out in a critical descriptive manner. We highlight that this work intends to contribute to improving the quality of teaching at *EDUCARE*, as well as for the subjects - agents - who participated in it, thus creating an inclusive, quality education for everyone.

**Keywords:** Age-grade distortion; Special and Inclusive Education; Teaching-learning process; EDUCARE.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**SEDUC** - Secretaria Municipal de Educação

**UFCG/CDSA** - Universidade Federal de Campina Grande / Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

**TCC**- Trabalho de conclusão de curso

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>12</b> |
| <b>2</b> | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>  | <b>14</b> |
| 2.1      | FRACASSO ESCOLAR.....  | 14        |
| 2.2      | A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA<br>NO BRASIL..... | 17        |
| 2.3      | APONTAMENTOS RELEVANTES SOBRES AS POLÍTICAS PÚBLICAS<br>EDUCACIONAIS.....  | 21        |
| 2.4      | O PROGRAMA EDUCARE.....  | 25        |
| <b>3</b> | <b>PERCURSOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS TRILHADOS.....</b>                    | <b>29</b> |
| 3.1      | CAMPO DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PRESIDENTE<br>VARGAS.....      | 31        |
| <b>4</b> | <b>MAPEAMENTO DOS RESULTADOS.....</b>                                      | <b>34</b> |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>43</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>45</b> |
|          | <b>APÊNDICE.....</b>   | <b>47</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é um estudo reflexivo sobre os desafios enfrentados pelos docentes do *PROGRAMA EDUCARE*<sup>1</sup>, atuantes na Escola Municipal Presidente Vargas, localizada no município de Sumé-PB.

Em nossa trajetória buscamos pinçar o olhar dos professores sobre o desafio de incluir a diversidade existente nas turmas que eles atendem, tanto em relação à distorção idades-série, quanto o atendimento de alunos com deficiência.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva se baseia no princípio constitucional de igualdade de condições de acesso e permanência na educação, o que implica na necessidade de rever algumas concepções de normalidade, deficiência, diferenças, exclusão, inclusão e padrões nos processos de ensino e aprendizagem, pois o índice de crianças com deficiência matriculadas em escolas regulares vem aumentando gradativamente nos últimos anos.

Assim, educação inclusiva se constitui num grande desafio de atender as necessidades e expectativas da sociedade que está constantemente em transformação, e a escola tem como papel central a evolução dos indivíduos. De acordo com Freire (2000), como a grande representante da democratização do ensino, a escola pública também é responsável por garantir o acesso de todos a este formato educativo.

A escola deve estabelecer um compromisso com a cidadania, bem como com a formação de uma sociedade justa, democrática e não excludente, ou seja, promover o convívio com a diversidade, instigando a consciência, o respeito e a empatia dos alunos para com o diferente.

Segundo Baptista (2003) a inclusão escolar seria a transformação da escola para receber o aluno, ou seja, a escola e seus profissionais que devem se adaptar aos alunos; visto que cada um é diferente do outro, cada um possui sua especificidade única. Desse modo, tal mudança e adaptação devem ocorrer com um todo desde o PPP (projeto político pedagógico) até a formação continuada dos técnicos e professores que atuam na escola.

O tema dessa pesquisa, surgiu de uma motivação pessoal, dada a convivência muito próxima com um irmão autista e diagnosticado com TDAH (Transtorno de do difícil de atenção com hiperatividade). Experiência que nos revelou todas as dificuldades que enfrentamos diariamente para garantir às pessoas com deficiência uma educação escolar justa e igualitária.

---

<sup>1</sup> O Programa EDUCARE (Educar e Ressignificar), caracteriza-se como uma política pública destinada a atenuar a distorção idade-série dos estudantes do ensino fundamental, anos finais, do município de Sumé-PB, por meio de ações de aceleração dos estudos (dois anos em um).

Além da experiência pessoal, os estudos direcionados na disciplina Educação Especial e a participação nos Programas PIBID e Residência pedagógica (através dos quais conhecemos o programa *EDUCARE*), ajudaram no entendimento de muitas questões ligadas à educação inclusiva, mas, ao mesmo tempo, provocaram inquietações sobre as dificuldades que os professores têm para garantir a inclusão de alunos com deficiência mediante a escassez de recursos e a falta de formação adequada.

Assim, decidimos realizar a pesquisa nos debruçando sobre o programa *EDUCARE* considerando que, naturalmente, já carrega o grande desafio de corrigir o problema de distorção idade-série de alunos ditos típicos, que dirá quando os alunos são considerados atípicos.

As perguntas que nortearam o andamento da pesquisa, foram: quais as dificuldades que os docentes enfrentam para garantir a educação inclusiva? Como acontece a prática avaliativa dos professores em relação aos estudantes do programa *EDUCARE*? Como os docentes lidam com a diversidade existente em uma turma do *EDUCARE*?

Neste sentido o objetivo geral desta pesquisa é analisar as dificuldades dos docentes em relação a educação Especial e educação Inclusiva no programa *EDUCARE*, compreendendo como essas duas modalidades educacionais podem contribuir para a formação integral dos sujeitos de uma escola pública, haja vista que múltiplos são os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Como objetivos específicos definimos: a) Investigar como a inclusão de alunos com deficiência e distorção idade-série é abordada no contexto das escolas públicas. b) analisar as práticas pedagógicas voltadas para o programa *EDUCARE*. c) Constatar as dificuldades enfrentadas pelos docentes que lecionam neste programa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar é um tema complexo que afeta não apenas os estudantes, mas também a sociedade como um todo. Quando um aluno enfrenta dificuldades na escola e não consegue atingir os objetivos esperados, isso pode ter um impacto profundo em sua autoestima, motivação e perspectivas futuras. O fracasso escolar não deve ser encarado apenas como uma questão individual, mas sim como um reflexo de sistemas educacionais que podem não estar atendendo às necessidades de todos os alunos, como por exemplo a escassez de políticas públicas que garantam a permanência dos alunos na escola.

Mesmo após a constituição brasileira de 1934, que garantia do direito à educação de caráter gratuito, passou a ser assegurado para o ensino primário de quatro anos, mesmo assim o ensino sempre passou por dificuldades e evasões. Portanto, falar em fracasso escolar engloba várias questões de problemas sociais, visto que existem projetos de políticas públicas educacionais voltadas para essa questão que tem levado vários indivíduos a um processo de distorção escolar e social. Por conseguinte, na concepção de Paula (2009):

Uma das facetas mais problemáticas, importantes e graves da verdade educacional no Brasil, é o fracasso escolar, com o qual, é vivenciado há muitos anos. Nos primórdios da escolarização, há maior índice desta frequência e os problemas podem ser visualizados em todas as faixas de ensino. No meio de múltiplos fatores correlatos ao fracasso escolar, eclodem-se as perspectivas extraescolares que se margeiam as condições precárias de vida e permanência significativa de uma parcela da população do Brasil. (Paula, 2009, p.31)

É importante reconhecer que o fracasso escolar pode ser influenciado por uma variedade de fatores, incluindo questões socioeconômicas, falta de suporte familiar, problemas de saúde mental e desafios de aprendizado específicos. Ao abordar o fracasso escolar, é essencial considerar esses fatores e buscar soluções que levem em conta a diversidade de experiências e necessidades dos alunos. O sistema de educação possui muitas deficiências em questões para solucionar os fracassos escolares, e ao invés de propor soluções e métodos para desdobrar os fracassos procurando assim recursos instantâneo para melhorias no ensino e nos saberes dos indivíduos. Segundo Carvalho (1997), o fracasso escolar está intimamente ligado:

Quando associamos erro e fracasso, como se fossem causa e consequência, por vezes nem se quer percebemos que, enquanto um termo – o erro – é um dado, algo objetivamente detectável, por vezes, até indiscutível, o outro - o fracasso – é fruto de uma interpretação

desse dado, uma forma de o encararmos e não a consequência necessária do erro[...] a primeira coisa que devemos examinar é a própria noção de que erro é equivocadamente um indício de fracasso. A segunda questão intrigante é que, curiosamente, o fracasso é sempre o fracasso do aluno (Carvalho, 1997, p. 12).

Então podemos concluir que o erro está nos elementos que constituem a educação ou pela falta deles, e a consequência afeta drasticamente os educandos, que não tem nenhuma responsabilidade sobre o meio na qual está inserido, porém arca com os prejuízos que lhes são impulsionados. Podemos concluir que âmbito escolar é o meio central para construção desses fracassos, a escola pode ser o motivador, porém também pode ser um grande desmotivador se nela não houver empatia e igualdade.

Há fracasso na escola quando o rendimento é baixo, quando a adaptação social é deficiente e, também, quando se destrói a autoestima dos alunos. Deve-se aprender na escola conhecimentos e deve-se aprender a viver de acordo com um mínimo de normas compartilhadas, mas a escola também deve inculcar em seus alunos confiança neles mesmos, deve lhes dar um vivo sentimento de valor, de capacidade, de força, de certeza que podem conseguir muitas das coisas a que se propõem. A escola não deve criar indivíduos apáticos, desanimados ou desmoralizados [...] Não há pior fracasso escolar que produzir alunos com tão baixa autoestima. (Rovira, 2004, p.83)

Os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais das famílias de classes menos favorecidas têm dificuldade no acesso, como também na permanência dos estudantes da escola, no entanto, muito são os motivos que podem levar os alunos a abandonar a instituição escolar, dentre tantas adversidades, podemos destacar a necessidade de trabalhar e ajudar sua família, ou mesmo pela falta de apoio familiar na escolar e em si mesmo.

A evasão escolar que, não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, (...). Devido a isto, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas, que nela não permanecem. De maneira geral, os estudos analisam o fracasso escolar, a partir de duas diferentes abordagens: a primeira, que busca explicações a partir dos fatores externos à escola, e a segunda, a partir de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontadas o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E dentre os fatores intraescolares são apontados à própria escola, a linguagem e o professor. (Queiroz, 2016, p. 2-3)

Avaliações sem perspectiva inclusiva acabam gerando reprovações, desmotivação, dificuldade na aprendizagem, evasão, indisciplina e assim ocorre a evasão escolar, ou seja, alunos com várias reprovações, ou que abandonaram os estudos e depois retornaram são umas das principais razões para que ocorra uma idade avançada na turma que estuda, então a distorção idade-série pode impactar a autoestima do aluno, sua motivação acadêmica e até mesmo suas relações interpessoais, então é importante que as instituições de ensino estejam atentas a esse problema, buscando

alternativas para identificar as causas da distorção e oferecer suporte adequado aos estudantes, visando a garantia de uma educação de qualidade e inclusiva.

É importante ressaltar que, quanto maior a distorção, pior o desempenho escolar. [...] Há uma íntima relação entre a taxa de distorção idade-série e a taxa de repetência, sendo que esta é causa daquela. Embora a relação não seja linear, ela é monótona crescente – quanto maior for a repetência nos anos anteriores ao ano em questão, maior será a defasagem. (Soares; Satyro, 2008, p.10).

É importante notarmos que ainda hoje nos deparamos com antigos problemas educacionais que não foram solucionados, não se tem convivido com uma educação de qualidade, igualitária e que sirva a todos, mesmo sendo constante debatido e cobrado, ainda precisa urgentemente de mudança e novas elaborações em prol dos educandos, com interesses realmente naquela que precisam, pois a educação esta limitada e em prol da grande burguesia que visa apenas seu crescimento e continuar explorando a classe proletária em suas mão , conseguido assim alcançar seus objetivos de crescimento. Por isso Jacomini (2009) ressalta que:

isso acontece, em parte, porque as políticas educacionais de modo geral, condicionadas aos interesses econômicos e políticos de grupos que não concebem a educação como direito, limitam os investimentos financeiros necessários à democratização não só do acesso, mas também da aprendizagem. (Jacomini, 2009, p.561)

Portanto, a falta de investimento na educação tem consequências significativas para os jovens e para a sociedade como um todo, entre seus impactos estão: a limitação de oportunidades de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, o desenvolvimento defasado comprometendo o desenvolvimento acadêmico, emocional e social dos jovens, dificultando a aquisição de habilidades essenciais para seu pleno crescimento. E a perpetuação das desigualdades educacionais já existentes. As questões do fracasso escolar e a distorção idade-série envolvem muitas questões e se tornam muito complexas, seguindo questões sócias, cognitivos, familiares, educacionais, profissionais e entre outras.

O aluno que “não quer aprender”, “não tem acompanhamento dos pais” ou “tem dificuldades para aprender” tem tanto direito de cursar com qualidade o ensino fundamental quanto àquele que reúne todos esses requisitos, e isso é responsabilidade da escola. Por isso, é fundamental que esta, no âmbito de sua atuação, ofereça boas condições de ensino para que esse aluno queira e possa aprender. Quando a escola só consegue ensinar uma parte de seus alunos, abandonando à própria sorte os demais, ela continua operando no paradigma da educação como privilégio. A educação só se concretizada como direito numa escola em que todos possam aprender e formar-se como cidadãos. (Jacomini, 2009, p. 561).

Portanto, a instituição escolar e suas atribuições estão inteiramente ligadas na permanência destes estudantes, como também sendo órgão motivador para que eles permaneçam, e criem perceptivas de permanecer na escola; pois a distorção de idade-série é um fenômeno cumulativo do inicio doa primeiros anos do ensino fundamental e perpetua por toda trajetória escolar.

## 2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação especial na perspectiva d educação inclusiva deve estabelecer um compromisso íntegro com os indivíduos, buscando ofertar de maneira liberal, democrática, e não doutrinada o melhor desenvolvimento do homem, para assim se preparar para a vida produtiva em sociedade. Isso se propaga também para a educação especial, que tem se apresentado como um grande desafio para os profissionais e escolas; porém mesmo que sejam necessários docentes capacitados, deve ocorrer uma mudança referente ao currículo e políticas.

Historicamente se constata que a educação especial, por mais complexa que seja, vem ganhando grande espaço nos debates, porém nem sempre foi assim. Segundo Bianchetti (1998), muito provavelmente eram seletivamente eliminados aqueles que não poderiam contribuir para a manutenção da subsistência do grupo. Por muito tempo pessoas com deficiência foram drasticamente excluídas da sociedade e alvo de preconceitos, e isso se propagou principalmente nas escolas.

Segundo Silva (2018):

O movimento de integração da pessoa com deficiência aparece no final da década de 70, com o objetivo de integrar as pessoas com deficiências ao ambiente escolar, levando essas pessoas a estarem o mais próximo possível das pessoas tidas como “normais”. Essa fase da integração apregoava que a criança deveria ser educada até seu limite, como no caso da pessoa com deficiência intelectual. As pessoas não deveriam tentar educar as crianças ao máximo, e sim até o limite de cada criança. (Silva, 2018, p. 20).

Gil (2017) descreve que, desde a época da colônia, a educação das pessoas com deficiência no Brasil, teve uma certa atenção. Entretanto, a questão da educação especial, segundo a autora, ganhou visibilidade a partir do ano de 1988, quando ocorreu a proclamação da Constituição Federal, chamada de constituição cidadã, pois proporcionou alguns direitos aos grupos sociais que viviam às margens da sociedade.

Vale ressaltar que o âmbito escolar é o ponto primordial para a socialização dos indivíduos que estão formando suas identidades, por isso deveria estar adaptado para acolher a diversidade. Porém isso não acontece. A formação insuficiente dos professores para lidar com os alunos com deficiência, obriga-os a serem responsáveis pela própria adaptação ao sistema escolar, o que dificulta demais o processo de inclusão e permanência na escola.

Durante a década de 90 ocorreram algumas transformações na política educacional

brasileira, envolvendo o movimento de inclusão escolar; que resultou no surgimento de novas perspectivas para a educação especial. Segundo Garcia e Michels (2011):

A Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). (Garcia; Michels, 2011, p.106)

Para se chegar, de fato, no momento da educação especial na perspectiva inclusiva, foi preciso percorrer um extenso caminho, através de grandes lutas para que fosse despertado um olhar especial para as crianças com alguma deficiência. Inicialmente o direito à educação para todos os indivíduos foi instaurado no Brasil apenas na constituição de 1824, e foi mantido nas constituições de 1834, 1837 e 1946.

Após as constituições, surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que foi aprovada pela assembleia geral das Nações Unidas, que tinha como objetivo central proclamar o direito de todas as pessoas à educação, inclusive, de pessoas com deficiência, visando a igualdade e a diminuição da discriminação social.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, que já estabelecia os direitos fundamentais à educação e ao acesso à rede regular de ensino para pessoas com deficiência

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009);
- II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996);
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Entretanto, apesar da Constituição de 1988, ditar como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV), até o surgimento do estatuto da pessoa com deficiência (lei 13.146/2015), não existiam políticas públicas verdadeiramente voltadas para a inclusão nos estabelecimentos oficiais.

Outro marco importante foi a Declaração de Salamanca, que mudou drasticamente o

cenário da educação mundial na década de 90. A conferência de Salamanca, aconteceu na cidade de mesmo nome, na Espanha, em 1994, e dela emergiu um documento que objetivou divulgar amplamente as necessidades de políticas públicas e educacionais voltadas para inclusão de pessoas que vivem com deficiência.

As escolas regulares com orientação para educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (BRASIL/UNESCO/Ministério da Educação e Ciência da Espanha, 1994, p. 09).

Dessa maneira, a Declaração de Salamanca passou a influenciar a criação de políticas públicas da educação inclusiva, e também o fechamento das classes especiais e oficinas pedagógicas, que eram espaços públicos destinados às pessoas com deficiências. Segundo Kassir (2012, p.844-845):

[...] serviços especializados são onerosos e, diante de restrições de investimento, são destinadas à população brasileira programas de massa para uma escola com características precárias de funcionamento, onde condições de trabalho que resultem aprendizado escolar pelos alunos nem sempre são garantidos, apesar de cotidianos esforços de alunos e professores e alunos.

A Educação especial deve estar em conjunto com a inclusão, caminhando juntas e fazendo jus aos direitos, mas para que isso aconteça, é necessário um esforço coletivo para colocar em pauta políticas públicas que garantam os recursos necessários. De acordo com Meneses (2012), tanto as condições estruturais, como as educacionais, não são capazes de suprir as necessidades existentes, é preciso de muito mais para que os estudantes não fiquem em decadência, sem acompanhamento especializado no processo de ensino e aprendizagem.

Brasil (2008) ressalta que, diante do processo de democratização da educação, se demonstra a questão de inclusão/exclusão, pois é quando o sistema busca universalizar o acesso, mas de todo modo continua a excluir os indivíduos e todos os grupos considerados fora do padrão. Além disso, a política aborda e classifica os alunos, o valor da diversidade esclarecendo que:

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (Brasil, 2008, p. 15).

A partir de todos os acontecimentos e lutas citados, foram implementadas novas leis

municipais, estaduais ou federais que visavam defender os direitos das pessoas com deficiência. Entre elas vale ressaltar que em 1964 é publicada a política Nacional de educação, que visa condicionar o acesso das crianças com deficiência às classes comuns de ensino regular. A respeito das pessoas com deficiência, Brasil (1996) e Brasil (2015) na LDB estabelecem:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular serviços de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na Educação Infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art.

4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Brasil, redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

O art. 58 da LDB determina que as escolas regulares são a primeira opção para as pessoas com deficiência, pois as mesmas têm ganhos significativos nos ambientes especializados, ou seja, através da socialização. Portanto, a educação inclusiva tem como objetivo proporcionar de maneira digna o processo educativo do aluno com deficiência, isso em partilha com os demais alunos e todos aqueles que formam o corpo educacional da instituição, combatendo qualquer forma de discriminação.

Diante da legislação para pessoas com deficiência no Brasil, conforme Werneck (1997):

1. Na Constituição Brasileira: o inciso III do Art. 208 da Constituição Federal fundamenta a Educação no Brasil [...] Este é o texto: “O dever do Estado com educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. 2. Na lei de Diretrizes e Bases de 1996: No título III “Do direito à educação e dever de educar”, a LDB diz que o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante algumas garantias. No seu artigo 4º, inciso III, a lei postula; 3. “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (Werneck, 1997, p. 82).

Portanto, a educação inclusiva passou por longos processos e modificações, são lutas diárias de pais, alunos e professores para que seja garantido um ensino justo e eficiente para que todos tenham direito de estar no meio escolar desfrutando de todas as possibilidades possíveis para se concretizar a aprendizagem>

A educação inclusiva é sinônimo de luta, mas até os dias atuais ainda enfrenta bastante dificuldades, então são necessárias mudanças e políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

### 2.3 APONTAMENTOS RELEVANTES SOBRES AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A educação é uma prática social que procura de maneira clara conseguir o desenvolvimento dos seres humanos, trabalhando suas habilidades, potencialidades e competências, então ela pode ocorrer de maneira formal ou informal. Portanto, a ação governamental entra de maneira crucial nesse quesito, sendo um direito de todos e um dever do estado. Então as políticas públicas e seus determinados benefícios atingem a sociedade e todos que a nela vivem de forma indireta e indiretamente. De acordo com Souza (2006, p. 24):

Não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública, pois existem tantas definições quantos autores que se debruçam sobre o tema. No entanto, a fim de estabelecer um norte, considero de maneira preliminar que políticas públicas são ações realizadas intencionalmente pelo poder público, em constante disputa entre os diversos atores sociais e políticos, com a finalidade de resolver situações problemáticas socialmente relevantes.

Desde a época do Império no Brasil, a educação sempre foi uma questão importante, mas por muito tempo foi restrita a uma parcela privilegiada da população. Foi somente a partir do século XX que o país começou a implementar políticas mais abrangentes de educação.

Essas políticas públicas buscaram melhorar a realidade dos sujeitos matriculados nas instituições educacionais, em suas demandas e interesses. Entretanto, a desvalorização à educação brasileira é uma constante.

A década de 1930 representou um marco importante no que se refere à regulamentação das políticas educacionais, e uma série de decretos deu forma aos primeiros passos das políticas educacionais:

- 1) Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação;
- 2) Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário.
- 3) Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- 4) Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário.
- 5) Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país.
- 6) Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador.

7) Decreto 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Com a constituição de 1934, uma nova política nacional de educação, é instituída em busca de melhorias e qualidades para a Educação. Porém a educação brasileira sempre se manteve abaixo do que era esperado e estabelecido, o que nos leva a concluir que as ações desenvolvidas pelo estado sempre ocorrem em momentos de retrocesso das políticas públicas educacionais, devido às várias reformas, movimento que Saviani (2008) denomina de ziguezague ou pêndulo:

A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vai-e-vem de dois temas que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional (Saviani, 2008, p. 11).

Em meados de 1940, começou um debate sobre a construção da lei de diretrizes e bases da educação - LDB, Lei 4.024, esse debate durou cerca de 13 anos, de um lado as pressões conservadoras e privatista, e de outro o movimento em defesa da escola pública; havia muitas expectativas em relação a essa lei, pois ela mudanças para a estrutura da educação brasileira.

Está já em curso no Congresso a lei complementar à Constituição que traçará as diretrizes e bases da educação nacional. Essa lei básica não poderá deixar, dentro dos princípios constitucionais, de proceder a uma ampla e indispensável descentralização administrativa da educação, graças à qual o Ministério da Educação e Cultura poderá retomar as suas altas e difíceis funções de liderança estimuladora e criadora da educação ao invés de atuação restritiva e rígida com que cerceia e dificulta, hoje, o desenvolvimento e a expansão das iniciativas e experiências novas, e limita e empobrece a força vivificadora da autonomia e do senso de responsabilidade. No novo regime a ser implantado, de descentralização e liberdade com responsabilidade, dentro do quadro das bases e diretrizes da educação nacional, os instrumentos de controle e coordenação passam a ser delicados instrumentos das verificações objetivas, dos inquéritos reveladores, nas conferências educacionais. Será um regime a se criar no país, de mais sanções de opinião pública e de consciência educacional, do que de atos de autoridade. (Teixeira, 1976, p.30).

Um ponto importante a destacar é que em 1964 ocorreu o golpe militar, e no campo educacional ocorreu algumas reformas impostas pelo regime militar. E só após o final do regime militar em 1985 com as eleições e a vitória do partido de oposição abriu novas possibilidades para se projetar uma política educacional com maior sintonia com a sociedade e os educadores. Nos anos seguintes, houve avanços significativos na expansão da educação básica e no fortalecimento do ensino superior, com a criação de novas universidades e a implementação de políticas de inclusão e permanência estudantil. No entanto, desafios como a qualidade do ensino, a formação docente e a desigualdade regional ainda são questões em aberto. Segundo Araújo (2011, p. 11):

É contundente ao afirmar que, "de 1824 até 1988, as inscrições do direito à educação nos textos constitucionais eram assinaladas por uma concepção de que o mínimo era o bastante". Não estaria essa tese atrelada ao equívoco no que se refere à educação como direito público e não como bem ou serviço público, reduzindo o papel do Estado com relação à garantia dos direitos à educação em todos os níveis.

Então, com a constituição de 1988, a educação se torna um direito social fundamental, mediante o (art. 6º), sendo assim a edição básica considerada obrigatória, então um direito dos corações e um dever do estado e da família, houve um grande avanço no campo das políticas públicas educacionais, com a garantia do direito à educação para todos e a criação de um sistema nacional de ensino.

A partir daí, foram criados diversos programas e iniciativas para promover a universalização do acesso à educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

[...] participação da sociedade nos processos decisórios, a democratização das informações e do acesso aos bens e serviços públicos, o resgate da autonomia e da identidade local, bem como a implementação de programas intersetoriais, que visem ao atendimento do indivíduo em todas as dimensões: políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e outras. (Senhoras, 2007, p. 14).

As políticas públicas educacionais são primordiais para o desenvolvimento e crescimento dos cidadãos, pois é através delas que acontecem as inovações, como também as propostas transformadoras na vida dos alunos.

A educação é transformadora, proporciona conhecimentos indispensáveis para os sujeitos viverem em sociedade, como também transformá-la, porém é necessário criar maneiras que motivem os educandos a participar dos programas educacionais. As políticas públicas são um conjunto de ações e medidas adotadas pelo Estado para solucionar problemas e atender às necessidades da sociedade. Elas abrangem áreas como saúde, educação, segurança, assistência social, meio ambiente, entre outras. O objetivo das políticas públicas é promover o bem-estar social, a justiça e a igualdade, buscando atender aos interesses coletivos e garantir direitos fundamentais.

Acredita-se que a articulação das estratégias educacionais desenvolvidas pela escola e pelos programas governamentais seja capaz de estimular a conversão dos conhecimentos produzidos pelas comunidades, inclusive os escolares, em processos e produtos (bens e serviços) que representem inovações e impulsionem as dinâmicas de desenvolvimento local. Nessa direção, a escola tem sido vista como um dos equipamentos sociais e comunitários de fundamental importância na oferta de uma educação que possibilite aos alunos maior compreensão da realidade local e capacidades pessoais de interferir e promover mudanças por meio da busca de solução para os problemas vividos por eles e suas famílias. (Klein, 2002, p. 23).

No contexto educacional, as políticas públicas visam garantir o acesso universal à educação de qualidade, promover a inclusão, a equidade e a melhoria do sistema de ensino. Elas abrangem desde a definição de diretrizes curriculares até a implementação de programas de formação docente, construção de escolas, oferta de material didático e apoio à permanência dos estudantes. Que devem ser colocadas em prática efetivamente, pois o descaso do estado influencia negativamente a educação, pois leva os sujeitos se evadir da escola por diversas questões, como por exemplo para trabalharem, pois muitos não têm as condições para sobreviver e buscam saídas para se sobressair e conseguir sobreviver. Então segundo Araújo (2011):

O direito à educação alterna entre a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola por meio de uma educação igualitária de qualidade; embora quantitativamente as escolas públicas pareçam ser suficientes, não o são do ponto de vista qualitativo. Por conseguinte, é preciso aclarar sobre o direito à educação, diferenciando-o de outros direitos sociais, porquanto atrelado à obrigatoriedade escolar, que é golpeada pelo próprio Estado, pois não viabiliza a realização da meta emancipadora como premissa inicial e final do direito à educação – direito que também foi negligenciado no interior das escolas desde a década de 1970, quando da "democratização do ensino" e compromisso, seja pelos meios de reprovação, seja pela falta de recursos humanos como professores formados, ou espaço físico, entre outras necessidades. (Araújo, 2011, p.279)

É importante ressaltar que as políticas públicas educacionais devem ser pensadas de forma integrada e em diálogo com a sociedade civil, os profissionais da educação e os estudantes. A avaliação constante e a adaptação das políticas conforme as necessidades e demandas reais também são fundamentais para o sucesso das iniciativas. As políticas públicas são essenciais para promover transformações sociais significativas e contribuir para o desenvolvimento humano. Elas refletem as prioridades do Estado e seu compromisso com o bem-estar da população. Interessante ressaltar o que diz Miranda (apud Araújo & Cassini, 2017, p. 568):

A educação somente pode ser direito de todos se há escolas em número suficiente e se ninguém é excluído delas; portanto, se há direito público subjetivo à Educação, o Estado pode e tem de entregar a prestação educacional. Fora daí, é iludir com artigos de constituição ou de leis. Resolver o problema da educação não é fazer leis, ainda que excelentes; é abrir escolas, tendo professores e admitindo alunos.

Ainda existem muitos desafios a serem superados na educação do Brasil. Desafio estes que interferem fortemente no desenvolvimento, na aprendizagem dos educandos e no desempenho dos professores, que são prejudicados por uma série de fatores como a falta de equipamentos, formação continuada, cursos, falta de cuidadores e etc., o que faz emergencial a efetivação de novas políticas públicas educacionais.

Quando se proporciona oportunidades educacionais aos sujeitos, independentemente de sua classe social, existe uma oportunidade desses indivíduos vencerem as dificuldades sociais e as desigualdades, por isso as políticas públicas envolvem questões além da escola; mas também tem o intuito de promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade cultural e social. A constante avaliação e atualização dessas políticas são fundamentais para acompanhar as demandas da sociedade e as transformações no campo educacional. Segundo Sousa (2022);

Considerando esses aspectos, pode ser listado alguns pontos principais na elaboração de políticas educacionais, tais como:

- A Escola para todos - universalização da educação -: O Estado deve garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens possam estudar, incluindo alunos com deficiências;
- O ensino de qualidade, o qual prevê, além de professores qualificados, o uso de metodologias adequadas, estrutura física, material didático, dentre outros recursos, que são indispensáveis para alcançar o objetivo que é a aprendizagem do estudante;
- Garantia da aprendizagem: onde o aprendizado deva começar com uma alfabetização correta e na idade certa, contanto com a indispensável ferramenta que é a afetividade entre educando e educador, que proporcione uma relação de confiança e assim erradicar a reprovação e evasão escolar;
- A flexibilidade e acolhimento: a escola deve ser um local onde os estudantes sejam respeitados independentemente das suas necessidades, interesses, ou classe social. Sendo assim, pode-se afirmar que é dever da escola se adaptar conforme a realidade dos alunos ou da comunidade em que está inserida. Além disso, tornar a escola um ambiente respeitoso e acolhedor, também pode contribuir para a permanência e o desenvolvimento do educando

Assim, podemos dizer que através de políticas públicas voltadas para a educação é possível estabelecer diretrizes, metas e estratégias que visam melhorar a infraestrutura das escolas, valorizar os profissionais da educação, promover a inclusão e a diversidade, além de atualizar currículos e métodos pedagógicos. Dessa forma, as políticas públicas educacionais são essenciais para construir uma sociedade mais justa e preparada para os desafios do futuro.

#### 2.4 O PROGRAMA EDUCARE

O programa *EDUCARE* é uma política pública que segue a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo uma iniciativa inovadora que busca transformar a educação por meio de práticas pedagógicas diferenciadas e integradas.

Com foco no desenvolvimento integral dos alunos, têm como objetivo a correção de fluxo (distorção de idade-série), buscando adequar a idade do aluno com o ano de ensino correspondente.

Essa distorção pode ocorrer por vários motivos como por exemplo reprovação, abandono escolar, problemas econômicos e familiares, ou até mesmo dificuldade de aprendizagem, que podem ser decorrentes de alguma deficiência, considerando que nas turmas do programa *EDUCARE* existem muitos alunos com deficiência matriculados. Porém, esses fatos muitas vezes não são investigados, porque alguns alunos não possuem diagnósticos, seja porque os pais os responsáveis desconheçam a necessidade ou possibilidade de buscar ajuda, ou mesmo pela falta de profissionais adequados para atuar com essas especificidades torna uma barreira no desenvolvimento dos educandos.

Muitas são as situações que motivam os estudantes estarem em determinado ano letivo sem o conhecimento curricular necessário, o que gradativamente gera um desinteresse nos estudos. Por isso, a ideia educacional deste programa é proporcionar aos educandos um ensino interdisciplinar, fazendo uma educação contextualizada diante da realidade de cada um, para que tenham acesso aos conhecimentos pedagógicos, culturais e da própria vida, assim contribuir para o desenvolvimento intelectual e interior, como também entender que possuem direitos e deveres para conviver em sociedade.

Portanto, o objetivo da correção é justamente acabar com a distorção idade -série, já que essa questão é um dos maiores problemas enfrentados na educação pública brasileira, então para superar essas dificuldades se aplica no processo de correção de fluxo a aceleração da aprendizagem.

Outro aspecto importante do programa *EDUCARE* é o foco no bem-estar emocional e social dos alunos. Através de práticas de educação socioemocional, os estudantes são incentivados a desenvolver habilidades como empatia, resiliência e autoconhecimento, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo. Segundo Rodrigues (2022):

Dentro desse contexto, o Programa do EDUCARE é uma política pública, que segue a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fundamentando os saberes e conhecimentos determinantes para o ensino fundamental II. A BNCC estabelece conhecimentos, competências e habilidades onde se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica, princípios éticos, políticos e estético traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que ressaltam os propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (Rodrigues 2022 p. 23)

A proposta pedagógica introduzida no ano de 2022 no município<sup>2</sup>, visa construir um meio de superar a questão da distorção idade- série, fortalecendo e construindo novas práticas para assim oferecer uma educação especializada para as turmas do *EDUCARE*.

Porém para que se possa concretizar esses avanços se torna necessário elevar a compreensão desse público, mostrando para eles que são capazes de concluir suas metas; então é preciso que todos aqueles que formam o conjunto escolar, ou seja a gestão, professores, e coordenados, estejam engajados juntos para montar um currículo e plano pedagógico adequado para esses estudantes, conseguindo assim concentrar os principais conteúdos a serem ofertados no espaço de tempo menor; também é necessário que o programa tenha uma parceria com a família e com os órgãos governamentais, pois a família é um dos pilares essenciais para o bom empenho do aluno, por isso cada parceiro desse programa deve fazer o que é necessário para conseguir atingir o objetivo central e assim conduzir os estudantes para concluir suas metas e sonhos, construindo boas perspectivas dentro e fora da âmbito escolar.

Portanto, é necessário que haja um planejamento dos conteúdos a serem trabalhados nas aulas que são contextualizadas, buscando práticas que motivem os alunos a construir conhecimento, conduzindo a sala de aula em um espaço de diálogo onde os alunos têm voz e possam ser considerados, então deve-se proporcionar formas mais eficientes nas aulas, e nesses planejamos estão presentes:

- Projeto de leitura;
- Projeto de Vida (complemento importante para personificar o ensino, uma vez que já se saiba, quem irá chegar, para então ajudá-los na composição de personalidade);
- Projeto de Finanças e Economia (gerar a capacidade de valorizar) recursos e infraestrutura para o mercado de trabalho;
- Projeto de esporte (treinos para desenvolver as habilidades já existentes);
- Conteúdos em foco (os conhecimentos selecionados serão organizados levando em consideração as noções básicas, que os estudantes deverão adquirir em todo o processo do andamento e conclusão do projeto, responsabilidade da equipe de professores);
- Família – integração familiar no processo de ensino aprendizagem (Palestras, oficinas, rodas de conversa).

Dessa forma, o programa *EDUCARE* tem como objetivo central proporcionar aos estudantes uma aceleração e avanços dos estudos, reduzindo os impactos causados pela vida

---

<sup>2</sup> Em conformidade com o artigo 24, inciso V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) que aponta um processo de aceleração no nível de ensino, que é justamente um dos critérios da verificação do rendimento escolar onde é acelerado os estudos para os alunos com atraso escolar

social e pela distorção de idade/série, fazendo o recolhimento dos estudantes, trabalhando a autoestima e mudando a realidade em que os mesmos se encontram. Para isso o programa se organiza com os seguintes objetivos específicos:

- Proporcionar aos alunos um novo olhar sobre seus saberes e conteúdo;
- Formar grupos de estudo para aprimorar leitura e escrita;
- Promover interação entre os alunos para tornar possível novas habilidades para o ensino aprendizagem;
- Utilizar ferramentas digitais para fomentar o aprendizado;
- Promover a leitura compartilhada e na família, como ferramenta de inclusão e parceria social;
- Promover palestras e oficinas que motivem para o mercado de trabalho;
- Assegurar a primazia pelos valores e pela cidadania;
- Articular ações de convivência com o meio ambiente;
- Promover ações de esporte e lazer.

O programa *EDUCARE* surge como um resgate para a vida de muitos jovens que por algumas questões estavam desacreditados de um futuro promissor, então o programa trabalha de forma íntegra na vida deles, de dentro para fora do meio escolar.

### 3 PERCURSOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS TRILHADOS

A presente pesquisa foi realizada no mês de abril de 2024, com professores atuantes no programa *EDUCARE*, lotados na Escola Presidente Vargas, no município de Sumé-PB e classifica-se como de natureza qualitativa.

Chizzotti (2003), considera as pesquisas qualitativas como um campo transdisciplinar e que visa a valorização do processo e não apenas do resultado, por envolver as ciências humanas e sociais. Assim, esta é uma abordagem que pretende compreender e interpretar as experiências, perspectivas e significados subjacentes de um fenômeno. Desta forma,

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objeto de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (Chizzotti, 2003, p. 221).

A pesquisa qualitativa busca explorar a complexidade e a profundidade das questões, muitas vezes, por meio de entrevistas, observações e análise de conteúdo. Portanto, a pesquisa propõe análises mais exatas, onde se investiga todos os aspectos que estejam relacionados ao tema e aos objetivos que buscam ser alcançados.

Dessa forma, a organização de uma pesquisa qualitativa tem como pilar central a organização de um projeto de pesquisa, que delimita o problema que foi proposto, ajudando os pesquisadores a focarem em uma base teórica específica. Essa abordagem é frequentemente utilizada em ciências sociais, psicologia, antropologia e outras áreas onde é fundamental a compreensão do comportamento humano e das relações sociais. A pesquisa qualitativa permite uma visão mais holística e contextualizada do tema estudado.

Assim, segundo Minayo, (1994), diz:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (Minayo, 1994. pp. 21-22)

Dessa forma, escolhemos a abordagem qualitativa, pois nosso eixo central de pesquisa visa constatar e compreender ações vivenciadas diariamente pelos sujeitos, nosso foco não é expor um número exato, e sim a realidade. Desse modo, buscamos compreender quais são os desafios enfrentados atualmente pelos professores do programa *EDUCARE* no processo de

ensino e aprendizagem, fazendo uma reflexão sobre a inclusão de estudantes com distorção de idade-seria na educação básica, matriculados no *EDUCARE* no município de Sumé-PB, sejam aluno com deficiência ou não.

Enquanto metodologia para realizar as coletas de dados, utilizamos questionários e entrevistas semiestruturadas com os professores do programa *EDUCARE*. Os questionários tiveram a finalidade de fazer um mapeamento do perfil dos professores atuantes, a partir de questões que abordavam temas sobre a formação, tempo que trabalhavam no programa *EDUCARE* e tempo de atuação profissional docente. Em seguida, propusemos questões subjetivas para compreender o olhar dos professores sobre o impacto do programa *EDUCARE* na vida dos alunos e as dificuldades vivenciadas nas aulas.

Segundo Gil (2012, p.121), pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos presentes ou passado, etc.

Assim, a aplicação dos questionários e entrevistas semiestruturada com os professores das turmas do programa *EDUCARE* na escola Presidente Vargas foi realizada via *Google Doc* e, a partir dos resultados, iniciamos um processo de pesquisa-ação que tem o intuito de fazer uma investigação com base empírica, procurando compreender as causas de uma situação e assim entender as possíveis soluções de um problema coletivo que podem ser efetuadas, vale ressaltar que os pesquisadores como também os participantes da ação ou do problema que está sendo debatido devem estar em constante envolvimento, de maneira participativa.

Portanto, os questionários foram aplicados com a perspectiva de, primeiramente, fazer um mapeamento do perfil profissional dos professores(as) que trabalhem com os sujeitos do programa *EDUCARE*, esse tipo de procedimento é mais efetuado pelos pesquisadores para obter informações, pois é uma técnica que apresenta a mesma questão para todas as pessoas, podendo garantir anonimato como também estabelecer questões que atenda a uma finalidade específica de uma pesquisa, por muitas vezes tendo objetivo de conhecer opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, desafios, e etc.

Por isso, aplicamos o questionário semiestruturado, objetivando entender quais são os desafios enfrentados pelos professores do programa *EDUCARE* no processo de ensino-aprendizagem e fazer uma reflexão sobre a inclusão de estudantes com distorção idade-série na educação básica, como também a inclusão dos estudantes especiais.

Portanto, a pesquisa teve como finalidade constatar as dificuldades que os docentes enfrentam atualmente, visando o ensino do programa *EDUCARE*, que atende um público alvo

diversificado em relação a distorção idade-série, inclusive alunos com deficiência, buscando entender como ocorrem as metodologias aplicadas nas salas de aula, e quais maneiras os docentes utilizam para conseguir atravessar as dificuldades diárias. Além disso, pretendemos identificar quais expectativas os docentes depositam no Estado para que sejam auxiliados de forma correta para acompanhar esses sujeitos, que tanto dependem de políticas públicas eficientes.

### 3.1 CAMPO DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PRESIDENTE VARGAS

A Unidade Municipal investigada, situada no município de Sumé – PB, funciona no prédio da antiga Escola Desembargador Feitosa Ventura. A Escola Estadual de Educação Infantil e ensino Fundamental presidente Vargas, foi criada em 1955 pelo município, na gestão do Prefeito José Farias Braga, e do Governador Ernani Sátiro.

Começou funcionando em uma sala ao lado da Prefeitura, com sala de aula só da Pré-Escola, equipada com bons materiais e merenda de qualidade. Em 1973, ainda na gestão do governador Ernani Sátiro, passou a Estadual através do Decreto de funcionamento N°. 9.864-81 onde a Escola foi oficialmente denominada de Escola Estadual de Educação infantil e Ensino Fundamental Presidente Vargas. A primeira Gestora escolar foi a Professora Luiza Nunes de Farias.

A Vinculação, de acordo com o Processo nº 00282960/2012 SEE, a Escola Presidente Vargas foi municipalizada, antes administrada pela esfera estadual, contava com determinadas dependências como laboratório de informática, almoxarifado, biblioteca hoje não mais existentes. No processo de transição foi repassado para a rede municipal de ensino apenas o prédio escolar e os alunos, a Instituição está funcionando sem apoio de equipamentos de suporte às atividades pedagógicas.

A escola dispõe a comunidade urbana e rural o ensino fundamental nos anos finais do 6º, 7º, 8º e 9º ano, como também a modalidade dos EJA (educação de jovens e adultos) que funciona normalmente no período noturno, então a escola funciona nos três turnos, matutino, vespertino e noturno. É uma escola com uma bela história, sendo umas das mais antigas do território sumeense tendo 70 anos de exercícios

De acordo com o PPP; A escola busca desenvolver seus trabalhos pedagógicos com eficácia, fomentando estudos e planejamentos coletivos com o apoio da Gestão Escolar que é composta por: diretor/a, diretor/a adjunto, coordenação pedagógica, docentes e colaboradores. Todo o trabalho desenvolvido está em consonância com as metas dos Planejamentos Didáticos

e do Plano de Organização Pedagógica da Escola despertando no aluno o raciocínio lógico, o caráter crítico, autônomo e participativo em prol da plena cidadania. Todas as Ações realizadas por essa Escola seguem as diretrizes e normas da Secretaria Municipal de Educação, que busca a excelência dos serviços prestados. A equipe desta Escola através, de ações concretas, procura crescer a cada dia, acreditando na construção do ensino aprendizagem, para um processo em busca de uma Educação emancipadora e de qualidade.

Grande parte dos alunos da escola Presidente Vargas são beneficiados dos programas do governo federal sendo de famílias carentes, possuindo pouco grau de instrução o que atrapalha a participação efetiva da família na vida do escolar dos alunos, entretanto possui alguns que provém de pais funcionários públicos, municipais e estaduais, ou mesmo autônomos que apresentam um padrão de vida um pouco mais elevado, onde esses dão mais assistência aos filhos em questões escolares.

Por essas questões e tantas outras, alguns discentes apresentam alguns comportamentos diversificados, como por exemplo; a carência e falta de estrutura familiar, isso interfere no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos. Então os docentes buscam realizar uma prática inclusiva, contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação, fazendo assim uma construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humanamente social, onde consigam respeitar e compreender as diferenças.

A Missão da Unidade é assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, formando cidadãos críticos e protagonistas, agindo e transformando a sociedade na qual estejam inseridos/as. Oferecer o espaço para a organização e sistematização do conhecimento, desenvolvimento integral dos educandos, formação para a cidadania, aprimoramento da pessoa humana, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento reflexivo e crítico, garantindo as condições necessárias para o exercício pleno da cidadania e da construção do conhecimento sistematizado, propiciando uma aprendizagem mais efetiva e, conseqüentemente, maior sucesso escolar com melhores índices de avanço. (PPP da escola Presidente Vargas, 2020).

**Figura 1** - Fachada da Escola Presidente Vargas



**Fonte:** Arquivo pessoal

#### 4 MAPEAMENTO DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados iniciamos o processo de tabulação de informações para constituir os perfis dos professores participantes, quais sejam: P1, tem 27 anos de idade, é formado em Letras (Português) e Pedagogia; P2, tem 35 anos, formado em Geografia e Educação do Campo e atualmente leciona no programa Geografia, história e ensino religioso; P 3, tem 50 anos, formado em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial; P 4, 28 anos, licenciado em Educação do Campo e atualmente leciona no programa as disciplinas de matemática e ciência ; P5, 34 anos, professora de Língua Inglesa.

Inicialmente, já nos chamou atenção o fato de, apenas um professor, possuir graduação e/ou especialização na área de educação especial, o que acende um alerta sobre o despreparo da equipe para lidar com alunos com deficiência inseridos nas turmas do programa *EDUCARE*.

Com relação ao tempo de atuação na área de educação, objetivando assimilar o grau de experiência dos docentes, obtivemos os seguintes resultados:

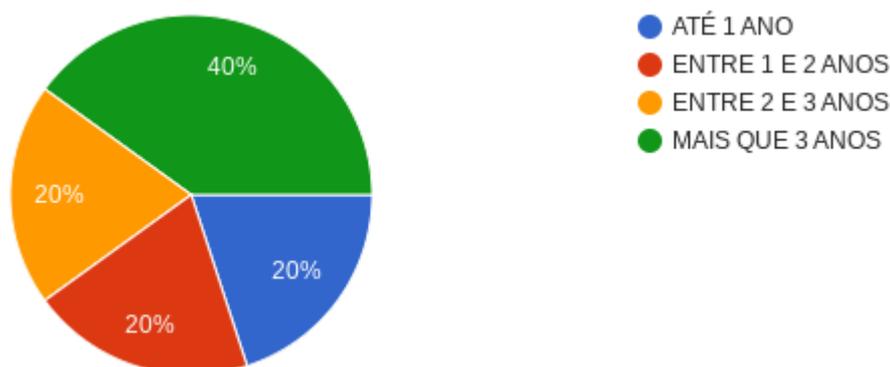


Dos 05 entrevistados, 01 professor atua na educação há mais de 20 anos (22 anos), 02 professores atuam há 13 anos, 01 professor possui experiência de 5 anos, e 01 professor está há 3 anos lecionando.

Esses dados nos levaram a refletir sobre como o tempo de experiência dos professores pode influenciar diretamente nos resultados dos processos de ensino e aprendizagem. Muito anos em sala de aula formam o professor para lidar com diversos tipos de situações, mas também pode implicar numa docência viciada que não se adequa facilmente às novas experiências e exigências que um programa como o *EDUCARE* exige.

No entanto, professores mais jovens, embora tragam mais energia e habilidades inovadoras, podem sentir dificuldade em lidar com os desafios de lidar com turmas tão desafiadoras.

Nessa perspectiva perguntamos a quanto tempo os professores estão atuados no programa *EDUCARE*:

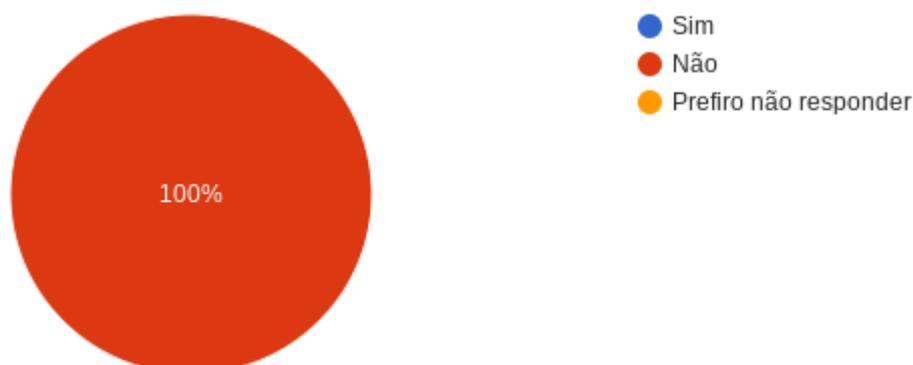


Podemos observar que apenas dois professores estão participando do programa efetivamente há mais de 3 anos, e seguida de apenas 1 entre 2 e 3 anos, outro no período de 1 a 2 anos, e por último apenas 1 professor está lecionando no programa há 1 ano, essa questão se torna importante pois a cada período que o docente passa nas turmas pode constar o que precisa ser trabalhado efetivamente em cada aluno, visto que cada indivíduo tem suas questões individuais e particulares.

Logo em seguida o questionário buscou entender questões mais profundas sobre a relação dos docentes com o Programa *EDUCARE*.

Perguntamos, primeiramente, se os docentes possuíam algum tipo de formação específica para lecionar nas turmas do programa *EDUCARE*. As opções de respostas foram:

Sim, Não, Prefiro não responder, para os que não se sentissem confortáveis ou não quisessem se comprometer, apesar de estarmos guardando sigilo em suas identidades.



Como podemos observar, todos os entrevistados garantem não ter recebido nenhuma formação para atuar com a especificidade do programa. Realidade que reverbera justamente na questão política educacional que não está preocupada com a qualidade do ensino, somente lança os professores(as) sem nenhuma preocupação e preparo.

Em seguida, o questionário entrou no ponto chave da pesquisa, que foi constatar quais são os principais desafios enfrentados no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do programa *EDUCARE*, sob a ótica dos professores, visto que cada um tem sua perspectiva diferente e assim também enfrenta desafios distintos, então os professores responderam as seguintes questões;

*Os maiores desafios foram: turma superlotada, muitos alunos deficientes, muitos alunos que não sabiam ler e escrever. (P1)*

*Os principais desafios são a falta de formação, falta de materiais didáticos e a falta de profissionais para dar suporte às especialidades e necessidades dos estudantes PCD's. (P2)*

*A falta de compromisso, responsabilidade, respeito uns para com os outros, desestrutura familiar, domínio de leitura, escrita e interpretação acerca do que acabou de ler, agressividade entre eles, falta de interesse nas atividades entre outros. (P3)*

*Por se tratar de alunos foram da faixa etária de ensino, alguns deles chegam para nós com pouco domínio do básico, que é ler e escrever, dessa forma o processo de ensino se torna um pouco lento, tendo que trabalhar de uma forma que não atrapalhe quem sabe e avançar de algum modo com os que não sabem, são alunos com realidade de vida, na maioria dos casos, sofrida, contexto familiar completamente instável, como a grande maioria dos alunos em geral, fazendo com quem além de um trabalho educacional nós precisamos fazer um trabalho social. Mas o grande desafio são os alunos que não têm o mínimo de alfabetização, por isso estão fora da faixa etária educacional. Tem que ser um trabalho em equipe por parte dos professores para conseguir avançar com esses alunos. (P4)*

*São muitas questões, a falta de interesse de alguns alunos, a falta de material específico, a falta de algo voltado para uma profissão. (P5)*

A partir dessas falas, observamos uma recorrência nas respostas de quase todos os professores: a questão da ausência do domínio de escrita e leitura que interfere significativamente no desempenho e no seu desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida dos alunos, pois a leitura e a escrita são fundamentais para absorver conhecimento, compreender conceitos em todas as disciplinas e, até mesmo, para conseguir comunicar-se seja presencialmente ou mesmo através das novas tecnologias que estão dominando o mundo.

Além disso, o domínio dessas habilidades impacta diretamente na capacidade dos alunos de se tornarem participantes ativos na sociedade, no mercado de trabalho e na vida em geral. Por isso, é crucial oferecer suporte e recursos para que todos os alunos possam desenvolver essas habilidades de forma adequada.

Muitos dos desafios que os professores enfrentam não são questões particulares que dependem deles, mas sim das políticas públicas educacionais, ou seja, a falta delas afeta drasticamente não só os estudantes, mas também os professores como, por exemplo, turmas superlotadas e principalmente com uma péssima infraestrutura, que interferem na concentração, no bem-estar e no aproveitamento do tempo das aulas.

Além da questão da distorção de Idade-série, as salas do programam atendem também muitos alunos com deficiência, que não possuem cuidadores para dar suporte aos professores. A presença desses profissionais seria de grande ajuda para garantir que todos os alunos tivessem

um melhor acesso à educação, porque promovem um ambiente inclusivo e acolhedor para todos.

Os cuidadores podem oferecer suporte adicional, auxiliar na comunicação, na mobilidade e no bem-estar geral dos alunos, contribuindo para que eles possam participar ativamente das atividades escolares. Além disso, sua presença também permitiria aos professores focarem no ensino, já que o programa não oferece uma formação aos professores para lidar com as deficiências dos alunos. Os profissionais precisam estar preparados e capacitados para lidar com situações e com esse público estudantil, visto que muitos alunos do *EDUCARE* possui uma grande questão da desestrutura familiar, a qual os professores precisam atentar, por ser um fator que provoca desmotivação e desinteresse na grande maioria das vezes.

Adiante, perguntamos quais os principais instrumentos avaliativos que os professores utilizam em sala de aula:

*Atividades orais, dinâmicas, atividades coletivas e trabalhos individuais de acordo com o grau de dificuldade de cada aluno. (P1)*

*Atividades avaliativas, pesquisa, apresentações e debates em grupo, dinâmicas sobre determinados temas e júri simulado. (P2)*

*A avaliação acontece de forma contínua e processual, ela acontece no dia a dia dos educandos. Desta forma é avaliado participação, interação, desempenho nas atividades, apresentação de trabalhos entre outros. (P3)*

*Avaliação contínua. Interação do aluno em sala de aula, as atividades do caderno, trabalho em grupo que eles possam construir em sala de aula. (P4)*

*Avaliação contínua e participativa. (P5)*

A questão avaliativa dos professores é algo bem particular de cada um, visto que também é necessário se pensar essa questão de “Avaliação” como algo natural e tranquilo, que sirva justamente para detectar onde precisa ser mais trabalhado e necessita de uma atenção

maior, pois muitas vezes as avaliações servem com meios de limitar e aterrorizar os alunos, criando desigualdades entre os mesmos e também denominando a diversidade dos saberes.

Perguntamos, também, se eles percebem alguma diferença no desenvolvimento do seu trabalho em turmas do ensino regular e na turma do *EDUCARE*, e pedimos que justificassem.

*Sim, pois os alunos do EDUCARE (quase todos) possuem relutância no que diz respeito a estudar, muitos são obrigados, são prepotentes e não possuem estímulo da parte da família. (P1)*

*Sim. Na turma do EDUCARE as dificuldades são maiores. Pois os estudantes estão fora da faixa-etária e possuem dificuldades de leitura, além dos estudantes PCD's que não possuem suporte de cuidadores e auxiliares de desenvolvimento cognitivo. (P2)*

*Não. De modo que eu não trabalho em turmas regulares. No entanto, conheço alguns colegas que atuam nas duas modalidades e acredito que os resultados são os mesmos. (P3)*

*Não. No geral, encontram dificuldades nas duas modalidades de ensino, a única questão é um aluno ou outro que não tem total domínio de leitura e escrita. (P4)*

*Sim. O regular segue o ciclo normal, as turmas do EDUCARE seguem um outro ciclo, temos alunos de várias idades, com algumas problemáticas, como por exemplo não saber ler. (P5)*

Constatamos diante as respostas dos educadores que ocorre opiniões divergentes, pois cada um tem sua realidade em sala de aula, e talvez essas diferenças se relacionem ao componente curricular que eles ministram. Quando um aluno tem mais facilidade para aprender uma disciplina e mantém uma relação tranquila com o professor, favorece à aprendizagem. entender o porquê dessas é crucial para compreender a complexidade do fracasso escolar.

Depois, perguntamos aos educadores como eles avaliam o programa *EDUCARE* na rede municipal de ensino, suas opiniões foram;

*Avalio como um Programa de boas intenções, mas que precisa ser moldado melhor. (P1)*

*É uma boa estratégia para a correção da distorção idade-série, mas precisa de um olhar mais atento da gestão e coordenação da escola, bem como da Secretaria de Educação. (P2)*

*Bom. É graças ao programa EDUCARE, que muitos jovens têm dispersado o gosto pelos estudos, isso reflete na vida dos estudantes quando chegam no ensino médio. O EDUCARE chegou pra fazer a diferença na vida daqueles que já não acreditam mais na educação. (P3)*

*O programa em si é muito bom, importante demais para tirar os alunos fora da faixa etária e colocar no seu ano correto. Porém, como todos os programas educacionais, o EDUCARE precisa de um olhar com mais carinho por parte da gestão educacional, ainda é visto com preconceito e não tem muito investimento no modo geral. (P4)*

*Muito bom. É um programa muito eficaz. (P5)*

Diante as falas dos professores fica evidente que muito dos obstáculos que se enfrenta no programa e justamente pelo descaso do estado, pois as políticas públicas educacionais deveriam desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Elas representam um compromisso com o direito fundamental à educação e com a formação cidadã plena, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o progresso social. Portanto, é fundamental que sejam elaboradas e implementadas com base no diálogo democrático, participação cidadã e compromisso com o bem-estar coletivo, assim o programa necessita de um olhar mais justo e carinhoso, visto que se lida com um público que por muitas vezes é afetado com as desigualdades sociais.

O Programa EDUCARE surge como uma solução para o fracasso escolar e a distorção da idade-série, possui uma proposta muito encantadora, porém sua aplicação na realidade vivencia muitas dificuldades, como a falta de investimento adequado na educação, a

desigualdade de acesso a recursos educacionais, a falta de valorização dos profissionais da educação, pois são os educadores os mediadores do conhecimento.

Finalmente, procuramos entender o que cada professor gostaria que a gestão municipal pudesse fazer para melhorar o programa *EDUCARE*, e eles relataram que:

*Formação continuada para os profissionais e curso técnicos para os alunos, ou seja, uma medida instigando a estudarem, enxergarem o motivo de estarem estudando. (P1)*

*Fazer formações para os professores e adquirir materiais didáticos para esses estudantes e professores. (P2)*

*Abrir mais turmas em outras escolas que facilite o acesso a essa modalidade de ensino, fortalecer vínculos e parcerias com empresas que possibilitem geração de emprego a esses jovens no contraturno. (P3)*

*Inúmeras coisas, uma delas é o investimento, os alunos do ensino regular tem livros didático, por exemplo, os alunos do *EDUCARE* não tem, por se tratar de duas séries em uma, mas eles deveriam ver esse ponto, um material didático que os alunos possam trabalhar, principalmente para as demais disciplinas, não só português e matemática. (P4)*

*Investir mais em materiais e não fechar as turmas do *EDUCARE*.(P5)*

Portanto, conforme a fala dos entrevistados, a gestão municipal poderia fortalecer o programa *EDUCARE* garantindo a formação continuada e valorização dos profissionais da área, promovendo parcerias com instituições e empresas locais para enriquecer os recursos educacionais, incentivando a participação ativa das famílias na educação de seus filhos, pois seria um fator crucial a instigar os alunos a permanecer na escola e lutar pelo seus objetivos, assim promovendo a inclusão e acessibilidade de todos os alunos visto que as turmas do *EDUCARE* possuem muitos alunos especiais, que necessitam de atendimento especializado.

Além disso, a gestão pode buscar formas inovadoras de engajar a comunidade na promoção da educação, mostrando a grandeza do programa *EDUCARE* e instigando novos sujeitos a participar e concluir seus objetivos e lutar pelos seus sonhos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar os desafios enfrentados pelos professores do programa *EDUCARE* no processo de ensino-aprendizagem e, assim, ressaltar a importância de políticas públicas educacionais como um fator que garante a qualidade na educação.

As políticas públicas efetivas desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental de uma sociedade. Elas representam o conjunto de ações e medidas adotadas pelo Estado para enfrentar desafios, resolver problemas e atender às necessidades coletivas, visando o bem-estar e a equidade para todos os cidadãos, sendo assim diante das falas dos entrevistados nesse estudo e das vivências em sala de aula, podemos constatar o descaso do estado com os alunos e professores do programa *EDUCARE*.

Políticas educacionais abrangem um conjunto de diretrizes, programas e ações governamentais voltadas para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema educacional, visando garantir o acesso universal à educação de qualidade e promover o pleno desenvolvimento dos cidadãos, porém por muitas vezes isso não acontece e é camuflado.

De acordo com as leituras que foram realizadas durante o processo de pesquisa, ficou bastante claro qual seria a proposta do programa *EDUCARE*: efetivar um ensino inclusivo nas escolas, garantindo acesso à educação de qualidade a todos os alunos que estejam em distorção idade-série.

No entanto, o que evidenciamos em nossa pesquisa foi uma realidade onde os professores não recebem uma formação continuada e específica para trabalhar com os alunos matriculados no programa, o que torna o processo mais difícil para todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Através desta investigação e das reflexões levantadas, acreditamos que, se oferecida, uma formação continuada, o programa obteria melhores resultados, pois a maioria dos professores acredita ser possível fazê-lo dar certo, pois o processo de desenvolvimento escolar mediante as práticas pedagógicas se tornaria bem mais fácil.

Também foi detectar, de modo individual, algumas dificuldades diárias que os professores enfrentam em sala de aula e, todas elas, seriam tranquilamente amenizadas ou resolvidas se houvesse um olhar mais cuidadoso sobre o programa como um todo.

Assim, concluímos ratificando a importância do programa e a necessidade que existe que ele seja efetivado, pois ele consiste e possui uma proposta que fundamenta o ensino e a aprendizagem com o intuito de fortalecer as práticas pedagógicas, fomentando ações e

planejando uma prática em parceria com a sociedade e as famílias dos estudantes em conjunto com os professores, buscando manusear o futuro de vários jovens.

Mas para tanto, é imprescindível investir na formação continuada para os professores, dentro da área da educação inclusiva do programa *EDUCARE*, visto que este atende muitos alunos especiais, afim de desenvolver práticas pedagógicas e específicas para atender as necessidades de cada um, como também os anseios dos familiares que estão envolvidos diretamente no processo de ensino.

Por fim, fica evidente a importância de se trabalhar com este programa, buscar entender o seu sentido e seu objetivo, para que assim ele seja explanado para outras cidades e escolas, para transformar a vida de outras pessoas.

A partir dos momentos de aprendizado e experiências vivenciados no decorrer desta trajetória da pesquisa, é importante enaltecer a relevância da inclusão desses indivíduos na sociedade e na escola, visto que muitos são excluídos e desacreditados, o que resulta num recorrente processo de fracassos escolares e de vidas com sonhos arrancados pela sociedade desigual em que vivemos.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, G. C. de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar". **Educ. Rev.** Curitiba, nº 39, p. 279-292, abr. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602011000100018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100018&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 de abril de 2024

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Sobre as diferenças e desvantagens: fala-se de qual educação especial? In: MARASCHIN, C; FREITAS, L.B.L; CARVALHO, D.C. **Psicologia da educação: multiversos sentidos, olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da Educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Org.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL/UNESCO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Espanha, Brasília: CORDE, 1994.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007**. Ministro da Educação, MEC, 2008.

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União 2015.

CASSINI, S. A. **Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público**. Rev. Bras. Estud. Pedagóg., Brasília, v. 98, nº 250, p. 561-579, set./dez. 2017.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a Inclusão**. Revista da Educação, v. XVI, n. 1, p. 5-20, 2000.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011.

GIL, Marta. **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência**. 2017. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/#:~:text=Lei%20n%C2%BA%209.394%20%E2%80%93%20Lei%20de,educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20para%20fins%20de>. Acesso em 13 de fevereiro de 2024.

JACOMINI, M A. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.3, p. 557-572, set./dez. 2009. Disponível em: >. Acesso em 02 mai. de 2024.

KASSAR, Mônica C. M. **Educação Especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul./set. 2012.

KLEIN, J. T. Ensino Interdisciplinar: didática e teoria. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2002.

PAULA, V. M. dos S. R. de. (2009). **Fracasso escolar: quem são os culpados?** [Versão eletrônica], Sciencult, 1(1), 12-27.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%3%83O%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 1 maio. 2024.

SILVA, Sayonara Meireles da. **Educação Inclusiva: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência**. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, Campinas, n. 24, p. 7-16, 2008.

SOARES, S; SÁTYRO, N. **O impacto da infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de Ensino Fundamental – 1998- 2005**. Rio de Janeiro, maio de 2008. Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/o-impacto-da-infra-estrutura-escolar-na-taxa-de-distorcao-idade-serie-das-escolas-brasileiras-de-ensino-fundamental-1998-a-2005.pdf> . Acesso: 01 mai.2024.

SENHORAS, E. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local: as boas práticas de gestão pública das cidades, entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 3, n. 2, p. 3-27, maio/ago. 2007.

SOUSA, Valdecio Rodrigues de. **Análise da política pública educacional do município de Sumé- PB: um estudo de caso do programa EDUCARE**. Sumé, p.43.2022.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976  
WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

## APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

### ENTREVISTA

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DO PROGRAMA EDUCARE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

OS DADOS DA PRESENTE ENTREVISTA SERÃO UTILIZADOS NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ESTUDANTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ANA KAROLINY BARROS PAULINO. AS IDENTIDADES D@S PROFESSOR@S SERÃO INTEIRAMENTE PRESERVADAS. NO TRABALHO SERÃO UTILIZADOS NOMES FICTÍCIOS. DESDE JÁ AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO.

**NOME COMPLETO;**

**1) FORMAÇÃO:**

**2) IDADE:**

**3) TEMPO DE SERVIÇO NA EDUCAÇÃO:**

**4) TEMPO DE SERVIÇO NO PROGRAMA EDUCARE:**

- ATÉ 1 ANO
- ENTRE 1 E 2 ANOS
- ENTRE 2 E 3 ANOS
- MAIS QUE 3 ANOS

**5) VOCÊ RECEBEU ALGUM TIPO DE FORMAÇÃO PARA LECIONAR NA TURMA DO PROGRAMA EDUCARE:**

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

**6) QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA EDUCARE:**

**7) QUAIS OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS QUE VOCÊ UTILIZA EM SALA DE AULA:**

**8) VOCÊ PERCEBE ALGUMA DIFERENÇA NO DESENVOLVIMENTO DO SEU TRABALHO EM TURMAS DO ENSINO REGULAR E NA TURMA DO EDUCARE? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA.**

**9) COMO VOCÊ AVALIA O PROGRAMA EDUCARE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO?**

**10) O QUE A GESTÃO MUNICIPAL PODERIA FAZER PARA MELHORAR ESSE PROGRAMA EDUCARE?**